



Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Exemplos de publicações que se enquadram no formato 25 x 31 cm.

Informamos que a montagem e disponibilização do conteúdo das publicações, é de responsabilidade de cada usuário.

Informações 41 3200-5002



TCP Participações S.A.

CNPJ 15.327.720/0001-33
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A administração da TCP Participações S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. No aspecto operacional, destacamos que a controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, movimentou no ano de 753 mil TEUS (unidade de medida equivalente a um contêiner de

20 pés). Destacamos ainda o grande crescimento na produtividade do Terminal de Contêineres, que, em relação ao ano de 2012, representou um aumento de 27%. Em relação às demonstrações financeiras, destacamos que a Receita Bruta da controlada TCP Terminal de Contêineres no ano de 2013 foi de R\$ 424,6 milhões, valor 11% maior que o ano anterior quando a receita bruta foi de R\$ 383 milhões. O lucro líquido da controlada no exercício de 2013 foi de R\$ 52,2 milhões, 25% menor que o ano anterior. Em atenção a Instrução Normativa 527 de 4 de Outubro de 2012, expedida pela Comissão de Valores

Mobiliários, que determina a padronização na divulgação por parte das empresas de capital aberto do seu Ebitda (resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e administração), permitindo ainda a divulgação do Ebitda Ajustado. A Companhia divulga, como parte integrante deste relatório, um anexo com a conciliação do seu Ebitda Contábil Ajustado, esclarecendo, ainda, que todos os valores usados na elaboração deste demonstrativo fazem parte das demonstrações financeiras. Atenciosamente, **Luiz Antonio Rodrigues Alves Filho** - CEO; **Alexandre Rubio Teixeira Pinto** - CFO.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12			31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Circulante						Circulante					
Carta e equivalentes de caixa	4	47	19	173.452	65.401	Fornecedores	-	-	6.297	6.520	
Contas a receber de clientes	5	-	-	29.044	24.036	Financiamentos	11	-	13.488	96	
Estoque	-	-	-	260	93	Contrato de concessão	12	-	31.081	30.187	
Impostos a recuperar	-	-	-	2.398	1.246	Impostos e contribuições a recolher	13	-	8.872	12.860	
Outros créditos	-	-	-	2.168	2.340	Partes relacionadas	9	-	28.770	6.456	
Total do ativo circulante		47	19	207.322	93.116	Parcelamento dos impostos - REFIS	16	-	1.878	1.878	
						Outras obrigações	15	3	2	11.450	11.375
Não Circulante						Total do passivo circulante		3	2	101.836	69.372
Depósitos judiciais	-	-	-	4.910	4.250	Não Circulante					
Aplicações financeiras	-	-	-	2.617	-	Exigível a longo prazo					
Partes relacionadas	9	-	-	68.033	29.787	Financiamentos	11	-	672.774	100.000	
Outras contas a receber	-	-	-	141	311	Partes relacionadas	9	-	68.845	29.872	
Investimentos	10	247.675	613.202	-	-	Contrato de concessão	12	-	294.211	307.573	
Imobilizado	7	-	-	519.035	360.697	Parcelamento dos impostos - REFIS	16	-	18.469	20.347	
Intangível	8	-	-	632.567	675.624	Provisão para contingências	14	-	13.477	13.929	
Total ativo não circulante		247.675	613.202	1.227.303	1.070.669	Impostos diferidos	6	-	17.294	9.473	
Total do ativo		247.722	613.221	1.434.625	1.163.785	Total do passivo não circulante			1.085.070	481.194	
						Patrimônio líquido	17				
						Capital social		13.904	13.904	13.904	13.904
						Reservas de capital		220.853	571.801	220.853	571.801
						Reservas de lucros		12.962	27.514	12.962	27.514
						Total do patrimônio líquido		247.719	613.219	247.719	613.219
						Total do passivo e do patrimônio líquido		247.722	613.221	1.434.625	1.163.785

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora e Consolidado							
		Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2012		1	(1)	-	-	-	-	-	-
Incremento de Capital Social e reservas	17	13.904	-	647.523	-	-	-	-	661.427
Redução da reserva de capital	17	-	-	(75.722)	-	-	-	-	(75.722)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	51.792	51.792
Destinação proposta do resultado do período									
Constituição da reserva legal	17	-	-	-	2.590	-	-	(2.590)	-
Dividendos intermediários	17	-	-	-	-	-	-	(24.278)	(24.278)
Lucros retidos a distribuir	17	-	-	-	-	-	24.924	(24.924)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		13.905	(1)	571.801	2.590	-	24.924	-	613.219
Dividendos distribuídos ref. período anterior	17	-	-	-	-	-	-	-	(24.778)
Redução da reserva de capital	17	-	-	(350.948)	-	-	-	-	(350.948)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	57.314	57.314
Destinação proposta do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	17	-	-	-	191	-	-	(191)	-
Dividendos intermediários	17	-	-	-	-	-	-	(47.088)	(47.088)
Lucros retidos a distribuir	17	-	-	-	-	-	10.035	(10.035)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		13.905	(1)	220.853	2.781	-	10.181	-	247.719

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O TCP Participações S.A. (a "Companhia") foi criada no dia 2 de Março de 2012, com o nome de AGLAIO Empreendimentos e Participações S/A, tendo como sede na cidade de São Paulo, na Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - conjunto 72, Consolação. Em 6 de Abril de 2012, a Companhia passou a chamar-se TCP Participações S/A, seu capital social foi elevado para R\$13.905, sendo dividido em 8.116.936 ações, sendo o valor do aumento de capital integralizado neste ato com ações das empresas TCP Log S/A e TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A e tendo sua sede transferida a Av. Portuária, s/n, Paranaguá, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto administrar as companhias do grupo: TCP Log S.A. e Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("TCP"). O TCP Log foi criado em 10 de março de 2011 com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S/A, com o capital de R\$ 0,8, com sede na cidade de São Paulo, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - conjunto 72, Consolação. Em 6 de julho de 2011, a empresa mudou sua razão social para TCP Services Logísticos S/A, seu capital foi elevado para R\$2 sendo dividido em 8.116.936 ações e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá - PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a empresa alterou sua razão social para TCP Log S/A. O Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("TCP") está localizado na Av. Portuária, s/n, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas à movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. O contrato de concessão do TCP tem encerramento previsto para 2023, com cláusula específica de prioridade de renovação, sem a necessidade de novo processo de licitação. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. Para os anos de 2012 e 2013, o TCP cumpriu com as condições contratuais. **2. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: o passivo relacionado ao contrato de concessão; seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferido; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2014. **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2.2 Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da controladora TCP Participações S.A. e de suas controladas Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. e TCP Log S.A. As demonstrações das controladas são elaboradas com base nos saldos do exercício de 2013 e do período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012, portanto não existe qualquer desfaseamento em relação ao período de apresentação da controladora. Na divulgação apresentada, foram utilizadas políticas contábeis consistentes e eliminados todos os saldos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas consolidadas. **2.3 Base para elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.4 Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconversidos à taxa de câmbio da

moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.5 Combinações de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágio, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **2.6 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: *Prestação de serviços:* A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se à carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal, sendo reconhecida sua receita quando o embarque no navio, tratando-se de exportação e quando da retirada pelo cliente do terminal quando tratar-se de importação. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. *Receita de juros:* Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.7 Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - corrente: As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. *Impostos diferidos:* Impostos diferidos ativos são

Demonstração dos Resultados - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita operacional líquida	20	-	-	400.421	269.761
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(132.420)	(88.532)
Lucro bruto	-	-	-	268.001	181.229
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	21	-	-	(337)	(308)
Despesas gerais e administrativas	21	(57)	(8)	(43.658)	(34.117)
Amortização contrato concessão	21	-	-	(47.414)	(35.560)
Prêmio de gestão	9	-	-	(60.764)	(4.992)
Financeiras, líquidas	22	(105)	(15)	(41.302)	(26.235)
Equivalência patrimonial	10	57.476	51.815	-	-
Outras, líquidas	-	-	-	11.618	(671)
Total das despesas operacionais, líquidas		57.314	51.792	(181.857)	(101.883)
Lucro antes dos impostos		57.314	51.792	86.144	79.346
Impostos de renda e contribuição social	6	-	-	(28.830)	(27.554)
Lucro líquido do exercício/período		57.314	51.792	57.314	51.792
Lucro líquido, básico e diluído, por ação - R\$		7,06	6,38	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício/período		57.314	51.792	57.314	51.792
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente		57.314	51.792	57.314	51.792

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro líquido do período/exercício		57.314	51.792	57.314	51.792
Equivalência patrimonial		(57.476)	(51.815)	-	-
Depreciações e amortizações		-	-	75.574	51.398
Impostos diferidos		-	-	7.821	8.368
		(162)	(23)	140.709	111.558

Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Redução (aumento) das contas a receber de clientes	-	-	(5.008)	2.479
Redução (aumento) dos estoques	-	-	(167)	17
Redução (aumento) de outros créditos	-	-	172	(1.437)
Aumento de créditos a receber de partes relacionadas	-	-	(38.246)	(29.368)
Aumento de outros ativos circulantes e não circulantes	-	-	(4.259)	(1.234)
Aumento (redução) de fornecedores	-	-	(223)	439
Aumento (redução) de obrigações tributárias	-	-	(3.988)	6.307
Redução de conta corrente com sócios	-	-	-	(3.194)
Redução de provisão para contingências	-	-	(452)	(308)
Aumento de partes relacionadas	-	-	61.287	24.863
Redução de outros passivos circulantes e não circulantes	1	2	(1.803)	(167)

Caixa e equivalentes líquidos gerados (aplicados) às atividades operacionais

	(161)	(21)	148.022	109.955
--	-------	------	---------	---------

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

Adições do imobilizado, líquidas	-	-	(185.480)	(105.882)
Adições do intangível, líquidas	-	-	(5.375)	(2.852)
Aumento de caixa líquido, resultante de investimentos	-	-	(661.427)	(661.427)
Dividendos recebidos	71.955	-	-	-
Dividendos antecipados	100	-	-	-
Saldo inicial caixa investimento	-	-	-	62.193

Caixa e equivalentes líquidos gerados (aplicados) às atividades de investimentos

	72.055	(661.427)	(190.855)	(707.968)
--	--------	-----------	-----------	-----------

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Aumento dos empréstimos de curto e longo prazo	-	-
--	---	---

continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. (ii) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indícios de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. (iii) **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas-garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira. **Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento (Baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.10 Imobilizado:** Instalações e equipamentos são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do período. **Depreciação e cancelada de forma lineal** ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens como segue:

- Edificações e instalações 25 anos
- Softwares 5 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Máquinas e equipamentos portuários 5 a 15 anos
- Veículos e veículos portuários 5 a 10 anos

Um bem de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **2.11 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é avaliada como definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **2.12 Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em base comutativa, entre partes concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos. **2.13 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta-corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.14 Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15 Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão refletidos nas demonstrações individuais do TCP Participações S.A. **2.16 Pronunciamentos novos ainda não adotados:** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. **2.17 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas:** • **IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida. • **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32:** Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras. • **IFRIC 21 Tributos:** O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras. • **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39:** Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: **Estimativas e Premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Valor Justo de Instrumentos Financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As aplicações financeiras do Santander e do Paraná referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 100% a 106,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A aplicação financeira do banco Itaú BBA refere-se a debêntures remuneradas a 101% do Certificado de Depósito Interbancário e a aplicação no banco Bradesco refere-se a títulos de capitalização. Os prazos de resgate não ultrapassam 90 dias da data do investimento. A controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. possui uma conta-corrente em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú - BBA Nassau no valor de R\$86.732 em 31 de dezembro de 2013. A finalidade desta conta é o pagamento de importações de maquinários do exterior.

5. Contas a receber - consolidado

	31/12/13	31/12/12
Clientes	27.836	20.700
Serviços prestados e não faturados	984	3.098
Outros	224	238
	<u>29.044</u>	<u>24.036</u>

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 28 dias de liquidação. A companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2013 os 7 (sete) principais clientes representam em torno de 55% (57% em 31 de dezembro de 2012) do total da carteira. Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/13	31/12/12
A vencer	24.918	19.144
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.771	3.144
De 31 a 90 dias	1.272	1.385
De 91 a 180 dias	982	207
Acima de 180 dias	101	156
Total	<u>29.044</u>	<u>24.036</u>

Em 31 de dezembro, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos. Os clientes com saldos vencidos acima de 180 dias estão em processo de negociação dos saldos vencidos, com perspectiva de realização até o final de 2014. **6. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado:** Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e acionistas, a controlada TCP registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal incorrido no segundo trimestre do período. Adicionalmente, devido ao fato da controlada ter constituído ágio resultante do processo de incorporação incorrido em 2011, houve o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, sobre as diferenças temporárias geradas sobre a amortização fiscal do ágio. Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, houve a constituição do imposto diferido passivo no valor de R\$ 2.750 relativo ao custo de captação do empréstimo junto ao BNDES. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/13	31/12/12
Provisão para contingências	9.355	9.355
Prejuízo fiscal	11.649	-
Total	<u>21.004</u>	<u>9.355</u>
Alíquota	34%	34%
Total Imposto Diferido Ativo	<u>7.141</u>	<u>3.181</u>
Amortização ágio	(69.118)	(37.217)
Custo capitalização empréstimo	(2.750)	-
Total	<u>(71.868)</u>	<u>(37.217)</u>
Alíquota	34%	34%
Total Imposto Diferido Passivo	<u>(24.435)</u>	<u>(12.654)</u>
Total líquido	<u>(17.294)</u>	<u>(9.473)</u>

b) Impostos de renda e contribuição social - alíquota efetiva

	31/12/13		31/12/12	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos	85.564	85.564	79.346	79.346
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	21.391	7.701	19.837	7.141
Adições permanentes	227	82	153	55
Diferença de alíquota	(24)	-	(18)	-
Incentivos fiscais	158	-	(329)	-
Tributos não contabilizados	246	(102)	563	140
Diferença lucro presumido TCP Log*	(624)	(225)	9	3
Total tributos lançados ao resultado	<u>21.374</u>	<u>7.456</u>	<u>20.215</u>	<u>7.339</u>
Tributos correntes	15.624	5.385	14.062	5.124
Tributos diferidos	5.750	2.071	6.153	2.215

* Esta diferença decorre do fato da controlada TCP Log S.A. apurar imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. Em função do resultado da Companhia (controladora) ser formado basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial das controladas, a Companhia não apurou lucros tributáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012. A Companhia ainda não decidiu se adotará de forma antecipada os dispositivos da Medida Provisória 627 de 2013 durante o exercício de 2014, a qual tem adoção obrigatória em 2015. **7. Imobilizado - Consolidado:** A movimentação do imobilizado no exercício de 2013 e durante o período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Caixa e bancos	47	19	90.580	6.584
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Banco Santander	-	-	63.193	41.822
Banco Paraná	-	-	6.832	6.349
Banco Itaú BBA	-	-	12.747	10.546
Banco Bradesco	-	-	100	100
	<u>47</u>	<u>19</u>	<u>173.452</u>	<u>65.401</u>

Custo	Edificações e Instalações		Máquinas e Equip.		Móveis e Utensílios		Equip. Proc. de Dados		Software		Veículos		Outros		Imobilizado em andamento		Total
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
Saldo em 31/03/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento inicial	176.714	120.798	-	-	3.901	3.257	1.028	24.285	10.153	-	41.382	-	-	-	381.518	-	-
Aquisições	46.600	768	-	-	587	531	-	789	1.635	-	55.642	-	-	-	106.552	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1.028)	(222)	-	-	(1.250)	-	-	-	(1.250)	-	-
Transferências	10.866	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.866)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	234.180	121.566	-	-	4.488	3.788	-	24.852	11.788	-	86.158	-	-	-	486.820	-	-
Aquisições	622	5.366	-	-	862	809	-	555	1.644	-	177.344	-	-	-	187.202	-	-
Baixas	-	(3.228)	-	-	-	-	-	(163)	-	-	(3.391)	-	-	-	(3.391)	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/13	234.802	123.704	-	-	5.350	4.597	-	25.244	13.432	-	263.502	-	-	-	670.631	-	-
Depreciação																	
Saldo em 31/03/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento inicial	(59.078)	(40.314)	-	-	(2.712)	(2.014)	-	(350)	(6.430)	-	(95)	-	-	-	(110.993)	-	-
Depreciação	(8.222)	(5.365)	-	-	(260)	(325)	-	(230)	(1.225)	-	(83)	-	-	-	(15.710)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	580	-	-	580	-	-	-	580	-	-
Saldo em 31/12/2012	(67.300)	(45.679)	-	-	(2.972)	(2.339)	-	(7.655)	(178)	-	(126.123)	-	-	-	(126.123)	-	-
Depreciação	(9.945)	(15.889)	-	-	(141)	(602)	-	(454)	(111)	-	(27.142)	-	-	-	(27.142)	-	-
Baixas	-	1.606	-	-	-	-	-	63	-	-	1.669	-	-	-	1.669	-	-
Saldo em 31/12/13	(77.245)	(59.962)	-	-	(3.113)	(2.941)	-	(8.046)	(289)	-	(151.596)	-	-	-	(151.596)	-	-
Saldo em 31/12/13	157.557	63.742	-	-	2.237	1.656	-	17.198	13.143	-	263.502	-	-	-	519.035	-	-
Saldo em 31/12/12	166.880	75.887	-	-	1.516	1.449	-	17.197	11.610	-	86.158	-	-	-	360.697	-	-

Para o exercício de 2013 foram capitalizados juros sobre empréstimos no montante de R\$ 12.394, os quais são relativos às obras em andamento de ampliação do Cais e de novos Portêneres.

25cm largura

31cm altura

continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 e Período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais)

8. Intangível - Consolidado:	Gastos com Estudos Proj. e Contrato					
	Software	Detalhamentos	Concessão	Ágio	Outros	Total
Saldo em 31/03/2012	-	-	-	-	-	-
Investimento inicial	695	4.549	657.773	159.503	80	822.600
Aquisições	3.355	-	-	-	1	3.367
Saldo em 31/12/2012	4.050	4.549	657.773	159.503	81	825.956
Aquisições	1.612	3.763	-	-	-	5.375
Saldo em 31/12/13	5.662	8.312	657.773	159.503	81	831.331

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. O contrato de concessão é amortizado com base no prazo do contrato, que vence em 2023. O valor do ágio representa o valor da mais valia oriunda da aquisição de empresa efetuada pela controlada TCP em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuada por empresa independente. Como resultado da alocação do preço de aquisição dos ativos e passivos avaliados a valor justo, foi gerado um ágio de R\$159.503, o qual representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e que impactará na geração de caixa futura da nova controlada TCP.

9. Partes relacionadas - Consolidado:	Ativo		Passivo		Passivo Consult. de Gestão e Multa (*)		Result. Prêmio de Gestão e Multa (*)	
	Créditos retidos	Passivo Dividendos	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Galigrain S.A.	7.063	2.941 (7.095)	(2.950)	-	-	-	-	-
Tuc Participações	10.210	4.251 (10.172)	(4.263)	-	-	-	-	-
Soifer Particip.	31.455	13.097 (33.056)	(13.134)	-	-	-	-	-
Pattac	10.210	4.251 (10.172)	(4.263)	-	-	-	-	-
Grupo TCB	9.095	5.247 (8.350)	(5.262)	(4.286)	(6.456)	(2.002)	(4.992)	-
Grupo TCB (Multa)	-	-	-	(24.484)	-	(58.762)	-	-
Circulante	-	-	-	-	(28.770)	(6.456)	-	-
Não circulante	68.033	29.787 (68.845)	(29.872)	-	-	-	-	-

(* Saldos registrados na rubrica Prêmio de Gestão no resultado do exercício/periódico. O montante de R\$4.286 devido ao Grupo Maritim TCB S/L - GMTCB, em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.456 em 2012), registrado no passivo circulante, é relativo à prestação de serviços de consultoria e outras obrigações contratuais. A vigência do contrato corresponde ao prazo de exploração e operação do terminal de veículos e contêineres do Porto de Paranaguá, que é de 25 anos. O valor incorrido refere-se ao pagamento dos serviços e ressarcimento dos custos incorridos pelo Grupo Maritim TCB S/L - GMTCB na prestação dos serviços acima mencionados durante o exercício de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a controlada TCP e o Grupo Maritim TCB, S.L ("GMTCB"), firmaram instrumento de rescisão parcial ao contrato de consultoria em serviços portuários objetivando reduzir o escopo dos serviços prestados GMTCB. Como consequência, a controlada TCP se comprometeu a pagar uma multa rescisória de R\$ 58.762 em 12 parcelas mensais iniciadas em 10 de junho de 2013. O valor remanescente de R\$24.484 refere-se às 5 parcelas restantes da multa. Os montantes dos créditos retidos de dividendos registrados no longo prazo referem-se às retenções de 50% dos dividendos obrigatórios pagos em 2012 e 2013, previstas no contrato de venda das ações (ocorrido em 2011) as quais tem o objetivo de serem garantias de qualquer evento indenizável que ainda não tenha se concretizado (R\$24.484 em 31/12/2012 e R\$28.770 em 31/12/2013).

manter os valores em aplicações financeiras vinculadas. Os demais saldos de ativos e passivo em 31 de dezembro de 2013 bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com as partes relacionadas, foram realizadas em bases e condições estabelecidas pela Administração.

10. Investimentos - controladora: Informações sobre os investimentos - 31/12/13	Patrimônio líquido		% no capital	Equivalência	Investimento
	exercício	exercício			
TCP S.A.	245.934	52.244	100%	52.244	245.934
TCP Log S.A.	1.741	5.232	100%	5.232	1.741
				57.476	247.675

Informações sobre os investimentos - 31/12/12

Patrimônio líquido	Lucro do período*	% no capital	Equivalência	Investimento	
					exercício
TCP S.A.	613.025	51.637	100%	51.637	613.024
TCP Log S.A.	177	178	100%	178	178
				51.815	613.202

* Período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Saldo no início do período/exercício	613.202	-
Aquisição investimento	-	661.427
Resgates de ações	(351.048)	(100.040)
Dividendos recebidos	(71.955)	-
Equivalência patrimonial	57.476	51.815
Saldo no final do período/exercício	247.675	613.202

11. Empréstimos e financiamentos - consolidado	Taxa anual de juros		31/12/13	31/12/12
	CDI + 1,15%	TJLP + 1,88%		
Itaú BBA	510.443	-	-	-
BNDES	75.710	-	-	-
Banco Bradesco	100.109	100.096	100.096	100.096
	686.262	100.096	-	-
Passivo circulante	13.488	96	-	-
Passivo não circulante	672.774	100.000	-	-

A controlada TCP Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. possuía em 31 de dezembro de 2013 uma linha de crédito aprovada junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 74.746 para aplicação na obra de construção de um novo cais para atracação de navios junto as suas instalações. O montante de crédito captado durante o exercício referente a esta linha de crédito foi de R\$ 74.746. A controlada efetuou uma nova captação de empréstimo junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 500.000 em 8 de abril de 2013, a qual foi aprovada em Ata de Reunião da Diretoria em 4 de abril de 2013. Na obtenção deste empréstimo, a controlada incorreu um custo de captação de R\$ 2.750 o qual será amortizado durante o período do empréstimo. Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais dos administradores e acionistas controladores e o vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Diretoria	

Administradores e Acionistas do TCP Participações S.A. Paranaguá, Paraná. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do TCP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinar com necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e

2015 40.469
2016 69.949
2017 164.949
2018 139.949
2019 137.458
2020 120.000
672.774

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos. 12. Contrato de concessão: a) Registro da obrigação: Em 1998 o "antigo TCP" (empresa subsequentemente adquirida pela controlada TCP) foi ganhador do contrato de arrendamento das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos. Conforme o Contrato, a remuneração pela Concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do contrato (25 anos a partir de outubro de 1998) à APPA. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas. A parte variável é calculada com base nas quantidades movimentadas. Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo dessa obrigação pode ser assim resumido:

	31/12/13	31/12/12
Parcelas fixas	68.891	71.532
Parcelas variáveis	256.401	266.228
Total	325.292	337.760
Parcela no circulante	31.081	30.187
Parcela no não circulante	294.211	307.573

O valor registrado no passivo como "parcelas variáveis" foi calculado tendo como base a projeção das quantidades a serem movimentadas conforme orçamento elaborado pela Administração da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R\$6.531 e R\$23.542 (R\$4.574 e R\$16.835 no período de 1 de abril a 31 de dezembro 2012), totalizando um desembolso de R\$30.073 (R\$21.409 em 2012). As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31/12/13	31/12/12
2015	-	30.751
2016 a 2018	129.591	-
2019 a 2023	133.869	-
	294.211	307.573

b) Intangível: Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 8) é de R\$462.919, sendo R\$657.773 de principal e R\$194.854 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa a concessão, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$47.414 (R\$35.560 no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do período.

13. Impostos a recolher - Consolidado:	31/12/13	31/12/12
Imposto de Renda	4.693	7.692
Contribuição social	1.988	2.771
ISS	1.385	1.046
PIS e COFINS	51	853
Outros impostos a recolher	755	498
Total	8.872	12.860

14. Provisão para Contingências - Consolidado: A controlada TCP está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/12	Adições	Baixas	31/12/13
Tributárias	9.364	-	-	9.364
Trabalhistas	4.559	-	(452)	4.107
Cíveis	-	-	-	-
Total	13.929	-	(452)	13.477

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$117.156 (R\$ 85.284 em 2012), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/12/13	31/12/12
Tributárias	85.567	77.777
Trabalhistas	9.165	5.212
Cíveis	2.920	2.295
Total	97.652	85.284

A controlada TCP possui junto a parte dos acionistas um instrumento particular de ressarcimento de perdas ocorridas por contingências referentes até 06 de julho de 2011, com previsão de retenção de dividendos.

15. Outras obrigações:	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Adiantamentos de clientes	-	-	899	2.310
Provisão de Bônus	-	-	5.143	3.000
Provisão de Férias	-	-	2.770	1.653
Obrigações trabalhistas	3	2	1.575	2.132
Outras obrigações	-	-	1.063	2.280
Total	3	2	11.450	11.375

16. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV - Consolidado: Amparada na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração do "antigo TCP" protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, em abertos devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, fazememos os seguintes montantes:

	31/12/13	31/12/12
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	18.469	20.347
Total	20.347	22.225

Adicionalmente, na esfera judicial, a controlada TCP pleiteia a validação dos créditos utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável. 17. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social autorizado é de R\$13.904, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas. b) Reserva legal: Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a

20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia destinou R\$191 a reserva legal (R\$2.590 no período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012), uma vez que atingiu o limite de 20% do capital social. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No estatuto da Companhia, está previsto que da base de cálculo dos dividendos são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária e serão calculados dividendos correspondentes a 25% do saldo líquido da reserva de reavaliação realizada durante o período.

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do período/exercício	57.314	51.792
Reserva Legal (5% (até o limite de 20% do capital social))	(191)	(2.590)
Base de cálculo dos dividendos	57.123	49.202
Dividendos mínimos obrigatórios	14.281	12.301

A Administração da Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$47.088 (R\$24.278 em 2012), com base no lucro líquido gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e lucro gerado no período anterior entre 1 de abril a 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, foram pagos durante o exercício de 2013 dividendos no valor de R\$24.778 com base no lucro líquido remanescente do período anterior. Adicionalmente, a Companhia possui retido o valor de R\$68.033 em 2013 (R\$29.787 em 2012), montante incluído nas partes relacionadas ativas de longo prazo, o qual corresponde a 50% dos valores pagos aos acionistas Soifer, Pattac, TCB, Galigrain e Tuc Participações, que será destinada para pagamentos de eventuais eventos indenizáveis para toda e qualquer contingência iniciada até 30 de junho de 2011, conforme contrato de compra e venda de ações firmado em 21 de dezembro de 2010. d) Redução de capital: Em 26 de abril de 2013, a Companhia aprovou o resgate de 4.759.910 ações ordinárias de titularidade dos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação do capital social da Companhia e registrar o cancelamento das mesmas, o resgate aprovado na forma da deliberação foi realizado sem redução do capital social, com a aplicação do saldo existente na conta de reserva de capital constante do balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de março de 2013. O preço do resgate de ações ora deliberado foi calculado com base no valor patrimonial das ações de emissão da Companhia, corresponde aproximadamente a R\$ 73,7299 por ação, totalizando o valor de R\$ 350.948. 18. Instrumentos Financeiros - Consolidado: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e do período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012. Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 e 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como seguem:

	31/12/13	31/12/12
Aplicações financeiras	85.488	58.817
Empréstimos e financiamentos	686.262	100.096
Concessão	325.292	337.760

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a Companhia entende a possibilidade como remota. Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos. 19. Remuneração dos administradores: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de maio de 2013, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 6.000, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração no valor de R\$3.316 (R\$ 1.380 entre 1 de abril a 31 de dezembro de 2012). 20. Receita operacional líquida - consolidado: Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o exercício de 2013 e para o período de 1 de abril a 31 de dezembro de 2012:

	31/12/13	31/12/12
Operações de Cais	261.649	176.307
Armazenagem	156.440	113.855
Outros	19.333	2.191
Total da Receita Bruta	437.422	292.353
Deduções da receita:		
Impostos federais	(17.131)	(11.084)
Impostos municipais	(14.290)	(9.571)
Cancelamento de Vendas	(5.580)	(1.937)
	(37.001)	(22.592)
Receita operacional líquida	400.421	269.761

21. Despesas operacionais por natureza:	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Custos dos serviços prestados	-	-	(132.420)	(88.532)
Despesas com serviços	-	-	(337)	(308)
Despesas administrativas	(57)	(8)	(44.237)	(34.117)
Amortização contrato concessão	-	-	(47.414)	(35.560)
Total das despesas	(57)	(8)	(224.408)	(158.517)
Despesas por natureza:				
Custos dos serviços prestados	-	-	(50.555)	(34.032)
Despesas gerais	(22)	(2)	(17.329)	(18.624)
Amortizações e depreciações	-	-	(75.574)	(51.398)
Despesas com pessoal	(35)	(6)	(50.309)	(30.549)
Despesas com combustível	-	-	(5.719)	(3.393)
Despesas com manutenção	-	-	(12.219)	(11.785)
Energia elétrica	-	-	(12.703)	(8.736)
Total das despesas	(57)	(8)	(224.408)	(158.517)

22. Resultado Financeiro Líquido:	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas Financeiras	-	-	(17.605)	(23.300)
Encargos sobre o contrato da concessão	-	-	(843)	(864)
Juros	(105)	(15)	(47.716)	(54.011)
Outras	-	-	(2.502)	(853)
Total	(105)	(15)	(68.666)	(30.418)
Receitas Financeiras	-	-	12.263	3.606

FLORENÇA CAMINHÕES S/A

C.N.P.J. 09.091.832/0001-35

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

		(Valores Expressos em Reais)						(Valores Expressos em Reais)			
A	Nota	2013	2012		2013	2012		2013	2012		
Ativo		59.482.176	48.759.097		59.482.176	48.759.097		59.482.176	48.759.097		
Circulante		40.894.858	32.598.438		40.832.900	27.070.119		40.832.900	27.070.119		
Caixa e Bancos	3.2	177.157	101.535		38.204.817	23.000.786		38.204.817	23.000.786		
Aplicações Financeiras	3.2	6.354	443		144.857	221.407		144.857	221.407		
Contas a Receber de Clientes	3.3	19.729.567	15.849.421		194.500	141.151		194.500	141.151		
Estoques	3.4	19.983.813	14.544.974		341.665	400.971		341.665	400.971		
Créditos Tributários		358.114	372.016		1.435.305	1.435.305		1.435.305	1.435.305		
Adiantamento a Terceiros		619.646	1.524.422		352.841	1.849.723		352.841	1.849.723		
Outros Créditos		20.207	105.434		158.915	20.776		158.915	20.776		
Despesas Antecipadas		18.587.318	16.160.659		381.000	181.000		381.000	181.000		
Não Circulante		18.587.318	16.160.659		18.268.276	21.507.978		18.268.276	21.507.978		
Realizável a Longo Prazo		4.705.424	805.604		15.360.247	15.360.247		15.360.247	15.360.247		
Múltiplos a Receber		3.846.739	48.973		-	-		-	-		
Depósitos Judiciais		69.023	1.099		-	-		-	-		
Contas de Consórcio	3.5	789.662	756.631		-	-		-	-		
Investimentos		6.490.038	7.232.771		-	-		-	-		
Outros Investimentos	3.6	6.490.038	7.232.771		-	-		-	-		
Imobilizado	3.7	7.391.856	8.122.284		2.908.029	6.077.197		2.908.029	6.077.197		
Passivo		59.482.176	48.759.097		59.482.176	48.759.097		59.482.176	48.759.097		
Circulante		40.832.900	27.070.119		40.832.900	27.070.119		40.832.900	27.070.119		
Fornecedores	3.9	38.204.817	23.000.786		144.857	221.407		144.857	221.407		
Obrigações Tributárias		194.500	141.151		341.665	400.971		341.665	400.971		
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.435.305	1.435.305		1.435.305	1.435.305		1.435.305	1.435.305		
Provisões Trabalhistas		352.841	1.849.723		158.915	20.776		158.915	20.776		
Dividendos a Pagar	3.10	158.915	20.776		381.000	181.000		381.000	181.000		
Adiantamento de Clientes		181.000	181.000		-	-		-	-		
Outras Contas a Pagar		381.000	181.000		-	-		-	-		
Não Circulante		381.000	181.000		18.268.276	21.507.978		18.268.276	21.507.978		
Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	3.11	18.268.276	21.507.978		15.360.247	15.360.247		15.360.247	15.360.247		
Patrimônio Líquido		18.268.276	21.507.978		18.268.276	21.507.978		18.268.276	21.507.978		
Capital Social		15.360.247	15.360.247		-	-		-	-		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-		-	-		-	-		
Reservas de Lucros		2.908.029	6.077.197		-	-		-	-		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

		(Valores Expressos em Reais)						
	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores no Pat. Líq. das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente Total da Companhia
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.360.247	6.077.197	-	70.534	20.431.526	1.076.452	21.507.978	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(15.034)	-	-	(14.282)	(752)	(15.034)	-
Saldo Ajustado	15.360.247	6.062.163	-	70.534	20.417.244	1.075.700	21.492.944	-
Adiantamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes a Valor Presente	-	-	-	(70.534)	(67.004)	(3.530)	(70.534)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(70.534)	(67.004)	(3.530)	(70.534)	-
Lucro Líquido do Período	-	-	(3.154.134)	-	(2.996.273)	(157.861)	(3.154.134)	(3.154.134)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	15.360.247	6.062.163	(3.154.134)	-	17.353.967	914.309	18.268.276	(3.154.134)
Resultado Abrangente dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	161.391
Resultado Abrangente dos Sócios da Controladora	-	-	-	-	-	-	-	(3.063.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FLORENÇA CAMINHÕES S/A tem como objeto social a comercialização de veículos novos da marca Iveco, veículos usados, peças, acessórios e prestação de serviços de oficina mecânica e elétrica.

A sociedade é de natureza anônima de capital fechado, com sede em São José dos Pinhais e filial em Ponta Grossa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

2.1 Base de Apresentação:

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o exercício findo em 31/12/2013, a qual leva em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos competentes e reguladores.

2.2 Principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis:

a) **Demonstração dos Fluxos de Caixa** - A Demonstração do Fluxo de Caixa está sendo apresentada de acordo com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b) **Divulgação sobre Partes Relacionadas** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.297/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a administração da sociedade apresenta em suas demonstrações contábeis valores de transações financeiras entre coligadas.

c) **Arrendamento Mercantil Financeiro** - São registrados conforme a Resolução do CFC nº 1.304/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil.

d) **Juste a Valor Presente** - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, aprovado pela Resolução CFC nº 1.151/09, devem ser trazidos a valor presente todos os Ativos e Passivos não Circulantes, recebíveis ou exigíveis e, também para os circulantes se a diferença entre praticá-los ou não, for relevante para a avaliação da situação patrimonial ou do resultado.

e) **Estoques** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.170/09 e no 1.273/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) - Estoques, a Administração da sociedade registra seus estoques pelo valor de custo, utilizando o critério de valoração do estoque que é o custo médio ponderado.

f) **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.180/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a Administração da sociedade registra e divulga os ativos e passivos contingentes e obrigações legais conforme: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há ganhos reais ou decisões favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com ganhos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos Contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os Passivos Contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como extíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

g) **Apresentação das Demonstrações Contábeis** - Em atendimento a Resolução do CFC nº 1.185/09 e no 1.376/11, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a Administração da sociedade apresenta suas demonstrações assegurando a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores quanto do período atual.

h) **Política de Contas a Receber** - A sociedade segue as Normas e requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

i) **Ativo Imobilizado** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.177/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Administração da sociedade reconhece como Ativo Imobilizado bens que possam trazer benefício econômico futuro, pelo seu valor de custo. O método de depreciação utilizado é o método linear.

j) **Receitas** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.412/12, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas a Administração da sociedade reconhece como receita o aumento nos benefícios econômicos sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumento do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de aporte de recursos dos proprietários da entidade. As receitas englobam tanto as receitas propriamente ditas como os ganhos. A receita surge no curso das atividades ordinárias da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como: vendas, honorários, juros, dividendos e royalties.

k) **Tributos sobre o Lucro** - Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.189/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro a Administração da sociedade segue a norma estabelecendo o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. A questão principal na contabilização dos tributos sobre o lucro é como contabilizar os efeitos fiscais atuais e futuros de: (a) futura recuperação (liquidação) do valor contábil dos ativos (passivos) que são reconhecidos no balanço patrimonial da entidade; e

(b) operações e outros eventos do período atual que são reconhecidos nas demonstrações contábeis da entidade.

l) **Instrumentos Financeiros** - Em atendimento às Resoluções do CFC nº 1.196/09, no 1.197/09 e no 1.391/12, que aprovaram os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação e Evidenciação, respectivamente, a administração da sociedade emite suas demonstrações contábeis de forma a permitir que os usuários avaliem: (a) a significância do instrumento financeiro para a posição patrimonial e financeira e para o desempenho da entidade; e

(b) natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros a que a entidade está exposta durante o período e ao fim do período contábil, e como a entidade administra esses riscos.

3. NOTAS

3.1 Ativos Circulantes e Não Circulantes

Ativos Circulantes: Dinheiro em caixa ou em bancos; bens, direitos e valores a receber no prazo máximo de um ano, ou seja, realizável a curto prazo, (duplicatas, estoques de mercadorias, etc); aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte. Ativos Não Circulantes: São incluídos

neste grupo todos os bens de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. O

Ativo Não Circulante será composto dos seguintes subgrupos: Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (rendimentos similares às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa em sua maioria são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.3 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes estão representadas ao custo histórico de valor, sem o registro de atualizações de juros de mora. Os valores são reduzidos pelas perdas com créditos incobráveis conforme perdidas na Lei nº 9.430/96 e Decreto 3.000/99, sendo suficiente para a administração para cobrir eventuais perdas.

3.4 Estoques

Avaliados ao custo de aquisição para os veículos novos e valores negociados de entrada para os veículos usados, não excedendo o valor de mercado. As peças estão avaliadas pelo custo médio de aquisição. Esta composto da seguinte forma:

3.5 Contas de Consórcio - São em nome da empresa que estão sendo pagas mensalmente e ainda não contempladas.

3.6 Outros Investimentos

O saldo desta conta está composto pelos seguintes valores:

3.7 Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem, e os parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. As contas que representam este grupo de contas são as seguintes:

3.8 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. Foram constituídas, quando aplicável, as provisões para pagamento das obrigações fiscais a recolher.

3.9 Fornecedores

O saldo de fornecedores, referentes ao fornecimento de veículos, peças e acessórios, está composto por:

3.10 Dividendos a Pagar

O saldo de exercícios anteriores a serem distribuídos aos acionistas.

3.11 Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

O cálculo dos valores é feito com base nos montantes envolvidos e parecer dos consultores jurídicos da empresa. Somente são reconhecidos contabilmente os valores relativos aos processos com possibilidade de perdas provável. Os saldos estavam assim compostos:

3.12 Patrimônio Líquido

O Capital Social subscrito, totalmente integralizado é composto por 15.360.247 (quinze milhões, trezentos e sessenta mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país, totalizando a importância de R\$ 15.360.247 (quinze milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e quarenta e sete reais).

3.13 Reserva de Lucros

Composto por: a) Reserva Legal calculada na base de 5% do Lucro Líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excedente a 20% do Capital Social, conforme Lei 6.404/76. O saldo em 31/12/13 é de R\$ 377.420; e b) Reserva Especial de Lucros proposta pela Administração tendo em vista futuros investimentos a serem realizados, com saldo ao final do exercício no valor de R\$ 2.530.609.

3.14 Apuração do Resultado

As receitas e despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

		(Valores Expressos em Reais)			
		2013	2012		2012
Receitas Bruta		96.580.401	82.590.960		110,45%
Venda de Produtos/Mercadorias/Serviços		96.580.401	82.590.960		110,45%
(-) Deduções da Receita		(11.199.264)	(7.814.550)		-10,45%
Tributos sobre Vendas		(8.830.339)	(6.689.221)		-8,95%
Devoluções e Descontos sobre Vendas		(2.368.925)	(1.125.329)		-1,50%
Receita Líquida		85.381.137	74.776.410		100,00%
(-) Custos das Merc. e Serviços		(77.995.681)	(68.011.163)		-90,95%
Lucro Bruto		7.385.456	6.765.247		9,05%
Despesas Gerais e Administrativas		(13.443.109)	(8.902.698)		-11,91%
Outras Receitas		4.731.406	4.918.027		6,58%
Outras Despesas		(722.419)	(849.563)		-1,14%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(2.048.666)	(1.931.013)		2,58%
Receitas Financeiras		1.401.805	1.647.551		1,03%
Despesas Financeiras		(2.281.648)	(1.633.738)		-2,18%

ATRIA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ - MF nº. 05.956.581/0001-53 - Araucária - Paraná

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Somemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Atria S/A - Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício 2013, apurados com base na regulamentação vigente.

A Atria manteve suas linhas de créditos direcionadas às empresas do ramo da construção civil, e especificamente às de construção e pavimentação de estradas e rodovias.

Em 2013 a administração optou por promover uma reestruturação geral nos processos operacionais e de concessão de crédito da Instituição, influenciando diretamente na carteira de operações de crédito que apresentou uma redução de 19,43% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 116.956 (cento e dezesseis milhões novecentos e cinquenta e seis mil reais). Ainda em relação à reestruturação promovida, a instituição encerrou o período com R\$ 67.199 (sessenta e sete milhões cento e noventa e nove mil reais) provisionados para devedores duvidosos, que representou um aumento de 93,90% no nível de provisões em relação ao ano anterior, demonstrando assim o comprometimento da administração em manter níveis adequados de provisionamento em relação à carteira de créditos.

Acreditando na retomada do crescimento do volume de negócios, os acionistas migraram para

aumento de capital 55,74% das captações em Letras de Cambio de Acionistas, que representou um aumento de R\$ 44.000 (quarenta e quatro milhões) no capital social da Instituição.

Atendendo aos princípios gerais fundamentados pelo "Comitê de Basileia II", a instituição mantém estruturas operacionais específicas para o gerenciamento de risco.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional assegura políticas e procedimentos de identificação, avaliação e classificação de riscos operacionais, proporcionando um ambiente adequado para o gerenciamento, monitoração consistente e uma mitigação permanente. Essas premissas permitem também a identificação de eventuais fragilidades e melhoria nos processos de controle, garantindo assim melhor desempenho de maneira mais eficiente. A estrutura do Gerenciamento de Risco Operacional está em total aderência com a Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional.

O Gerenciamento do Risco de Mercado é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional. Nossa estrutura contempla premissas fundamentais ao controle e adequação das exposições, através da revisão e aprovação de políticas e estratégias específicas para o gerenciamento do risco de mercado de maneira consistente.

A Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional instituiu também a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito. Nossa estrutura é compatível com a natureza das nossas operações e a complexidade dos nossos produtos e serviços. No gerenciamento de riscos adotamos políticas de concessão baseadas na avaliação da capacidade financeira dos nossos clientes, sendo que o nível de exposição das carteiras é definido através dos fatores de ponderação de risco definidos pelo Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento do Risco de Capital é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.988 do Conselho Monetário Nacional. A Instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de risco de capital, mantendo conhecimento apropriado dos níveis de risco aos quais a instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar, controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres incorridos no gerenciamento do risco. A estrutura atua no desenvolvimento das atividades e na implementação de controles internos, revisões e atualizações das diretrizes do gerenciamento do risco de capital.

As estruturas completas de Gestão de Riscos, tabela de tarifas bancárias e Sistema de Informação de Crédito - SCR estão disponíveis no endereço eletrônico: www.atria-sa.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	2013		2012		Passivo e patrimônio líquido	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante	39.145	84.587	6.653	22.308	Circulante	6.653	22.308	6.653	22.308
Disponibilidades (Nota 5)	14	56			Recursos de aceites cambiais (Nota 9)		17.286		17.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	7.965	850			Letras de câmbio		17.286		17.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.965	850			Outras obrigações	6.653	5.022		5.022
Operações de crédito (Nota 6)	30.339	81.680			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11		8
Setor privado	78.111	110.214			Fiscais e previdenciárias		295		961
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(47.772)	(28.534)			Diversas (Nota 10)		6.347		4.053
Outros créditos (Nota 7)	71	1			Não circulante	33.615	58.656		58.656
Diversos	71	1			Recursos de aceites cambiais (Nota 9)		33.615		58.656
Outros valores e bens (Nota 8)	756	2.000			Letras de câmbio		33.615		58.656
Outros valores e bens	756	2.000			Patrimônio líquido (Nota 12)	18.295	32.449		32.449
Realizável a longo prazo	19.418	28.826			Capital		62.000		42.000
Operações de crédito (Nota 6)	19.418	28.826			Aumento de capital		24.000		24.000
Setor privado	38.845	34.948			Lucros (prejuízos) acumulados		(67.705)		(9.551)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.427)	(6.122)			Total do passivo e do patrimônio líquido	58.563	113.413		113.413
Imobilizado	5	5							
Outras imobilizações de uso	5	5							
Depreciação acumulada	(5)	(5)							
Total do ativo	58.563	113.413							

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 1º de janeiro de 2012	42.000		(208)	41.792
Prejuízo do exercício			(9.343)	(9.343)
Em 31 de dezembro de 2012	42.000		(9.551)	32.449
Em 1º de janeiro de 2013	42.000		(9.551)	32.449
Integralização de capital (Nota 12)	20.000	(20.000)		
Subscrição de aumento de capital (Nota 12)		44.000		44.000
Prejuízo do exercício			(58.154)	(58.154)
Em 31 de dezembro de 2013	62.000	24.000	(67.705)	18.295
Em 1º de julho de 2013	42.000	20.000	(42.929)	19.071
Integralização de capital (Nota 12)	20.000	(20.000)		
Subscrição de aumento de capital (Nota 12)		24.000		24.000
Prejuízo do semestre			(24.776)	(24.776)
Em 31 de dezembro de 2013	62.000	24.000	(67.705)	18.295

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013. (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede no município de Araucária - PR, tem como atividade a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares próprias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

Su funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, em 9 de outubro de 2003.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Instituição em 20 de março de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Nas elaborações das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da instituição incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2. Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no 11.638, alterada pela Lei no 11.941 de 27 de maio de 2009, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A aplicação das referidas leis é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008, porém as alterações por elas propostas ainda não foram referendadas integralmente pelo BACEN.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A instituição aplicou os seguintes pronunciamentos, já reconhecidos pelo BACEN: CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos"; CPC 03 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa"; CPC 05 - "Divulgação Sobre Partes Relacionadas" e CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir do momento em que forem referendados integralmente pelo BACEN.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Para fins de apuração do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a partir do exercício de 2008, as companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permitiu à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei no 11.638/2007 alterada pela Lei no 11.941/2009, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Nas datas 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 5.987/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que

poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária. A provisão para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(d) Operações de crédito, recursos de aceites cambiais e interfinanceiros

As operações de crédito estão compostas de empréstimos e financiamentos ao setor privado. As operações contratadas com taxas pós e prefixadas são registradas pelo valor principal e as rendas são apropriadas ao resultado pela taxa linear ou exponencial conforme contratado, em razão da fluência de seus prazos até a data do balanço, retificados das rendas a apropriar quando aplicável.

(e) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada operação. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida resolução determina critérios e percentuais mínimos a serem observados na constituição de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, que são rigorosamente seguidos pela Instituição.

(f) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimada, de acordo com as taxas descritas, a saber:

Descrição	Taxa anual -%
Equipamentos de informática	20
Softwares	20

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(h) Imposto de renda e contribuição social

No cálculo do imposto de renda e contribuição social, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% e a provisão para contribuição social sobre o lucro tributável é constituída à alíquota de 15%.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo semestre, estão contempladas a seguir.

4.2 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Instituição apresenta níveis de PCLD que são calculados conforme percentuais definidos na Resolução no 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que determina também critérios específicos para constituição, provisionamento e classificação de riscos que variam de AA a H. A Instituição utiliza os percentuais mínimos obrigatórios, todavia de acordo com seu julgamento pode utilizar critérios mais conservadores para classificação.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Disponibilidades	14	56
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.965	850
	7.979	906

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012	
	2013	2012	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	2.092	3.989	2.062	3.989
Operações de crédito (Nota 6)	1.710	3.439	19.577	19.577
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	382	550	585	585
Despesas da intermediação financeira	(27.388)	(63.137)	(26.980)	(26.980)
Operações de captação no mercado	(2.150)	(4.765)	(6.094)	(6.094)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(25.238)	(58.372)	(20.886)	(20.886)
Resultado bruto da intermediação financeira	25.296	(59.148)	(6.818)	(6.818)
Outras receitas/despesas operacionais	(78)	421	1.404	1.404
Receitas de prestação de serviços	26	50	119	119
Despesas de pessoal	(25)	(49)	(48)	(48)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(602)	(977)	(701)	(701)
Despesas tributárias	(282)	(324)	(831)	(831)
Outras receitas operacionais (Nota 14)	1.035	2.089	3.238	3.238
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(230)	(368)	(373)	(373)
Prejuízo operacional	(25.374)	(58.727)	(5.414)	(5.414)
Resultado não operacional	896	896		
Outras receitas não operacionais (nota 16)	896	896		
Prejuízo antes da tributação	(24.478)	(57.831)	(5.414)	(5.414)
Imposto de renda e contribuição social	(299)	(323)	(3.929)	(3.929)
Prejuízo do semestre/ exercício	(24.777)	(58.154)	(9.343)	(9.343)
Prejuízo por ação do capital social	(0,23)	(0,97)	(0,47)	(0,47)

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012	
	2013	2012	2013	2012
Atividades operacionais				
Prejuízo do período	(24.777)	(58.154)	(9.343)	(9.343)
Variáveis de ativos e passivos	23.695	63.553	(6.874)	(6.874)
Redução em operações de crédito	20.091	60.748	(5.973)	(5.973)
Redução (Aumento) em outros créditos	1.360	(70)	49	49
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	1.244	1.244		
Redução em outras obrigações	(1.000)	1.631	(950)	(950)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.082)	5.399	(16.217)	(16.217)
Atividades de financiamentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) em recursos emissão de títulos	(22.005)	(43.326)	4.023	4.023
Subscrição para aumento de capital	24.000	44.000		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.995	1.674	4.023	4.023
Aumento (Redução) do caixa ou equivalente a caixa	913	7.073	(12.194)	(12.194)
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras no início período	7.066	906	13.100	13.100
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras no final período	7.979	7.979	906	906
Aumento (Redução) caixa ou equivalente a caixa	913	7.073	(12.194)	(12.194)

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

A remuneração média das aplicações interfinanceiras é pré-fixada em 99,50% (2012 - 99,50%) do CDI e sua liquidez é imediata.

6 Operações de crédito

(a) Operações de crédito, por setor e atividade econômica

Descrição	2013	2012
Setor privado - Indústria	111.029	132.534
Setor privado - Comércio	2.311	2.220
Setor privado - Outros serviços	751	5.744
Setor privado - Pessoa física	2.865	4.664
	116.956	145.162

Em 31 de dezembro de 2013 as operações pré-fixadas estavam indexadas a uma taxa média de 1,82% a.m. (2012 - 1,81% a.m.) e as pós-fixadas a CDI+0,90%a.m. (2012 - CDI +0,90% a.m.).

(b) Operações de crédito, por faixa de vencimento

Descrição	Vencidas	A vencer até seis meses	A vencer há mais de seis meses		Total
			Vencidas até 14 dias	Vencidas a + de 15 dias	
Setor privado - Indústria	40.503	23.876	46.650	111.029	111.029
Setor privado - Comércio	1.812	285	214	2.311	2.311
Setor privado - Outros serviços		556	195	751	751
Setor privado - Pessoa física	250	2.077			

continuação página anterior

(e) Operações de crédito, baixados para perdas no período.

Descrição	2013	2012
Empréstimos	15.302	4.743
Financiamentos	10.527	4.280
	25.829	9.023

(f) Operações de crédito e outros créditos recuperados no período

Descrição	2013	2012
Empréstimos	1.056	49
Financiamento	39	17
	1.095	66

(g) Garantias recebidas nas operações de crédito

As operações de créditos estão suportadas em sua totalidade por garantias fidejussórias suficientes e adequadas às circunstâncias, adicionalmente quando necessário, são exigidas garantias reais a abaixo elencadas:

Descrição	2013	2012
Afetação fiduciária	18.777	14.199
Hotecas	7.000	7.000
Outras garantias	49.888	58.384
	75.665	79.583

7 Outros créditos - diversos

Descrição	2013	2012
Outras	71	1
	71	1

8 Outros valores e bens

Descrição	2013	2012
Outras	756	2.000
	756	2.000

Em 31 de dezembro de 2012, a instituição mantém saldo de R\$ 2.000 classificados como "Bens não de uso próprio" referentes a 57 terrenos na cidade de Boituva/SP, recebidos em dação de pagamento de dívida do cliente Chalet Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 6.323.569/0001-74. Em 27 de novembro de 2013 foi recebido também em dação um Lote em Maringá/PR avaliado em R\$ 370.000,00 do cliente Baliza Empreendimentos e Participações Ltda. O Saldo da conta em 31 de dezembro de 2013 era composto do valor do Lote recebido em Maringá/PR e 11 terrenos localizados em Boituva/SP com valor unitário de R\$ 35.087,72 que ainda não haviam sido vendidos.

9 Recursos de aceites cambiais

Descrição	2013	2012
Letras de câmbio - Circulante	17.286	58.656
Letras de câmbio - Não circulante	33.615	75.942
	33.615	75.942

O saldo do longo prazo está abaixo demonstrado:

Descrição	2013	2012
216	5.064	6.432
217	22.119	33.615
218		
	27.183	40.047

As operações são indexadas pelo CDI.

10 Outras obrigações - diversas

Descrição	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	57	64
Fornecedores	14	15
Pendências a regularizar (*)	41	
Recursos vinculados a operações de crédito (**)	6.234	3.974
	6.346	4.053

(*) Valor é composto de sinal de negócios referente a venda de 8 terrenos recebidos em dação de pagamento em Boituva/SP.
(**) Os recursos vinculados as operações de crédito foram realizados nos termos da Resolução BACEN no 2.921 de 17 de janeiro de 2002. São recursos colocados à disposição da instituição por terceiros para realização de operações ativas vinculadas, geralmente uma operação de crédito. Não pode ser prestado qualquer tipo de garantia, seja pela instituição contratante ou por pessoas físicas ou jurídicas a ela ligada, estando os recursos vinculados subordinados ao fluxo de pagamentos de operação ativa ao qual está vinculado.

11 Contingências

Em consonância ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Atria S.A. é parte em processos judiciais cíveis de natureza ativa decorrentes do curso normal de suas atividades que tem por objetivo recuperação de créditos vencidos, não possuindo ações judiciais de caráter passivo que necessite constituição de provisões para contingência. Todavia apresenta ações classificadas com risco possível de perda pelos assessores judiciais, abaixo divulgadas:

Descrição	2013	2012
Cível	6.595	6.595
Tributária	15.791	
	22.386	6.595

A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em junho de 2012. A referida autuação foi objeto de impugnação junto à Receita Federal do Brasil em julho de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 a possibilidade de perda do processo no valor de R\$ 15.791, foi avaliada como de risco "possível" pelos assessores jurídicos externos, não foi constituída provisão para contingências.

12 Patrimônio Líquido

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2013 o capital social era formado por 60.000.000 (2012 - 20.000.000) de ações ordinárias sem valor nominal.
(b) Dividendos mínimos obrigatórios
É garantido aos acionistas no mínimo 25% a títulos de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Neste exercício não foram propostos dividendos aos acionistas em razão do prejuízo do exercício apresentado.

(c) Prejuízo por ação

O exercício apresentou um resultado negativo de R\$ 58.154 (2012 - 9.343), equivalente a R\$ 0,97 por ação (2012 - 0,47).

(d) Aumento de capital

Em 26 de dezembro de 2013 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a integralização de aumento de capital no valor total de R\$ 20.000, que haviam sido subscritos através da 05ª Assembleia Geral Extraordinária de 07 de outubro de 2013. Em 05 de novembro de 2013 foi aprovado pela administração a subscrição de mais R\$ 24.000 para aumento de capital, que até 31 de dezembro de 2013 permaneciam sob análise do Banco Central do Brasil aguardando aprovação. Os recursos disponibilizados para os aumentos de capital eram provenientes de Letras de Câmbio de Acionistas.

13 Outras despesas administrativas

Descrição	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013	2013	2012
Processamento de dados	122	213	179
Sistema Financeiro	25	45	41
Serviços técnicos especializados	323	528	390
Outras despesas	132	191	91
	602	977	701

14 Outras receitas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013	2013	2012
Recuperação de crédito	645	1.095	66
Reversão de provisões operacionais			1.646
Receita de juros sobre impostos	70	70	
Juros de mora recebidos	267	657	2.830
Provisão de mora operações de crédito	48	262	341
Rendas de plano comunitário	5	5	
	1.035	2.089	4.883

15 Outras despesas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013	2013	2012
Despesa com captações vinculadas	230	368	373
	230	368	373

16 Outras receitas não operacionais

Descrição	Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2013	2013	2012
Lucro na venda de imóveis não de uso próprio			896
			896

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas estão consoantes ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - "Divulgação das Partes Relacionadas".
a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos

Natureza	Grau de relação	2013	2012
Captação vinculada (i) (Nota 11)	Ligada	6.234	3.975
Recursos de aceites cambiais (ii) (Nota9)	Acionista	33.615	75.942
		39.849	79.917

(i) Operações realizadas com empresa ligada nos termos da Resolução BACEN no 2.921, tendo os vencimentos até 28 de março de 2013, remunerado a 100% do CDI.
(ii) Captações em Letras de Câmbio de Acionistas com vencimentos até 20 de dezembro de 2018, remunerados a 100% do CDI.

(b) Despesas com partes relacionadas decorrentes de serviços prestados

Natureza	Grau de relação	2013	2012
Prestação de serviços administrativos	Ligada	275	238
		275	238

Prestação de serviço administrativo nos termos da Resolução no 3.954 de 24 de fevereiro de 2011,

do BACEN, por prazo indeterminado.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Benefícios de curto prazo a administradores	2013	2012
Proventos	40	40
	40	40

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

(d) Pagamentos baseados em ações - CPC 10 (R1)

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da administração.

(e) Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18 Instrumentos financeiros derivativos

A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não possui instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais. Por questões estratégicas a instituição optou por não operar no mercado de derivativos.

19 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução no 2.099/94 do CMN e normas posteriores, é exigida a manutenção de patrimônio líquido mínimo, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco que variam de 0% a 300%. A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2013, mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos.

(a) Índice de Basileia

Descrição	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
PEPR - Parcela de capital alocado ao Risco de Crédito	15.791	12.891
PJUR1 - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Trading)	1	1
RBAN - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Banking)	1.270	477
POPR - Parcela de capital alocado ao Risco Operacional (AIB) (*)	2.118	2.652
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	15.009	18.443
PR - Patrimônio de ref. para limite de compatibilização PRE	18.294	32.448
Índice de Basileia (% fator de risco/PRE)	13,41%	19,35%
Índice de Basileia Amplo (Inclui RBAN)	12,36%	18,86%

(*) Para o cálculo da parcela de capital alocado ao Risco Operacional, a Instituição utiliza a metodologia Abordagem do Indicador Básico (AIB).
Os sócios acionistas da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento possuem compromisso com a continuidade da instituição, visto os resultados negativos apresentados no primeiro semestre de 2013. Os sócios acionistas da instituição assumem responsabilidade por manter os níveis de capital e patrimônio de referência exigidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela legislação vigente no Brasil, através dos aportes de capitais que se fizerem necessários.

(b) Limites de imobilização

Situação	2013	2012
Margem	9.147	16.224
Patrimônio de Referência para limite de imobilização	18.294	32.448

20 Outras informações

(a) Risco operacional, crédito e mercado
A administração da Instituição considera a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno para os mesmos. Desta forma, a manutenção de riscos conhecidos e potenciais dos negócios da financeira busca a não exposição da instituição à possibilidade de perdas relevantes.

(b) Estrutura de gerenciamento de capital
A Instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de riscos e de capital, conforme o organograma da Instituição. A estrutura tem conhecimento apropriado dos níveis de risco de capital aos quais a Instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar, controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres incorridos no gerenciamento do risco. Atua no desenvolvimento das atividades e na implementação de controles internos, revisões e atualizações das diretrizes da instituição no gerenciamento do risco de capital.

(c) Ouvidoria

Instituída nos moldes da Resolução CMN no 3.849/10 a Ouvidoria é um sistema exclusivo de relação contratual mantida com os mesmos, buscando a prevenção e solução de conflitos e a excelência no atendimento.

Josiane Greca Schmuck Presidente	Marcos Rogério Greca Diretor	Paulo Cesar Janchikowski CPF: 653.547.459-34 CRC/Pr no 33.243/09
-------------------------------------	---------------------------------	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradores e Acionistas

Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Examinamos as demonstrações financeiras da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento que compreenderam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes que possam ser causadas tanto por erro quanto por fraude.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria em 27 de março de 2013 sem ressalvas.

Barueri, 28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" PR	Carlos Alexandre Peres Contador CRC 1SP198156/O-7 "S" PR
---	---

R\$ 3744,00 - 26383/2014



Sistema de Publicações Oficiais.

Mais segurança ao cidadão paranaense.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



Versão 2.5.27

25cm largura

21cm altura

BGMC PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 07.995.429/0001-05**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

ATIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVO CIRCULANTE	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.174,88	5.758,88	Impostos e Contribuições a pagar	8	21.435,33	23.097,49
Contas a Receber	5	916.886,23	128.831,29	NÃO CIRCULANTE		385.206,41	882.301,95
NÃO CIRCULANTE		35.022.479,61	34.439.550,96	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.536.898,98	33.668.741,69
Investimentos Imobilizado	6, 7	11.968.969,50 23.053.510,11	11.002.830,45 23.436.720,51	Capital Social	9	12.876.173,16	10.687.764,00
				Reserva Legal		475.239,17	475.239,17
				Reserva de Capital		2.103.496,36	2.103.496,36
				Lucros do Exercício		2.868.157,29	3.188.409,16
				Ajuste de Avaliação Patrimonial	10	17.213.833,00	17.213.833,00
TOTAL DO ATIVO		35.943.540,72	34.574.141,13	TOTAL DO PASSIVO		35.943.540,72	34.574.141,13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (VALORES EM R\$)

Nota 1. Contexto Operacional - A BGMC Participações S.A, é uma pessoa sociedade anônima de Capital Fechado, constituída em 31 de janeiro de 2006, e tem por objeto social a participações em outras sociedades como sócia ou acionista e locação de Imóveis Próprios.

Nota 2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, NBC TG 1000 contabilidade para pequenas e médias empresas, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.255/09. A data da última demonstração elaborada com as práticas contábeis anteriores é de 31/12/2010, ajustadas para atender a comparabilidade exigida pela mesma legislação, tendo como base de transição 01/01/2011.

Nota 3. Principais Práticas Contábeis - São as seguintes as práticas adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras: **A) Apuração do Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **B) Caixa e Equivalente de Caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras, cuja liquidez é imediata. **C) Contas a Receber** - Referem-se aos direitos a receber por conta corrente com a coligada e aluguéis. **D) Investimentos** - Os investimentos foram avaliados por equivalência patrimonial. **E) Imobilizado** - A administração optou por reconhecer o terreno e a construção e benfeitorias pelo valor justo por ocasião do Balanço de transição, registrado no imobilizado pelo valor histórico de R\$ 599.554,00, o laudo de avaliação do terreno, determinou seu valor justo em R\$ 2.781.610,00, um aumento de R\$ 2.182.056,00, e pelo valor histórico de R\$ 2.968.223,00, o laudo de avaliação da Construção e Benfeitorias, determinou seu valor justo em R\$ 18.000.000,00, um aumento de R\$ 15.031.777,00, os efeitos do custo atribuído aumento o imobilizado e tendo como contrapartida a conta de Ajuste de Avaliação patrimonial. Os demais bens estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue: Construções e benfeitorias 4% a.a. **F) Contas a Pagar - Geral** - São obrigações a pagar, decorrentes dos Impostos e Contribuições vencíveis em Janeiro de 2014, são demonstrados como não circulantes; **G) Demais Ativos** - Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável as variações monetárias ou cambiais. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2013	2012
Caixa	R\$ 2.811,32	R\$ 1.000,80
Bancos	R\$ 1.363,56	R\$ 4.758,08
Total	R\$ 4.174,88	R\$ 5.758,88

Nota 5. Contas a Receber

Descrição	2013	2012
Contas a Receber	R\$ 76.950,00	R\$ 76.950,00
C/C Hospital Nossa Senhora do Pilar Ltda	R\$ 839.936,23	R\$ 51.881,29
Total	R\$ 916.886,23	R\$ 128.831,29

Nota 6. Investimentos

Descrição	2013	2012
Investimentos Hospital Nossa Senhora do Pilar Ltda	R\$ 1.360.000	R\$ 1.360.000
Valor do Patrimônio Líquido	R\$ 12.590.453,11	R\$ 11.624.208,61
Informações Sobre o Investimento na Empresa		
Numero de Quotas Possíveis	1.359.872	1.359.872
Percentual de Participação	99,98	99,98

Valores Contábeis do Investimento

Descrição	2013	2012
Saldo Inicial =	R\$ 11.002.830,45	R\$ 8.094.363,43
Resultado da Equivalência Patrimonial +	R\$ 2.465.997,87	R\$ 2.908.467,02
Lucros Distribuídos -	(R\$ 1.499.858,82)	R\$ 0,00
Saldo Final =	R\$ 11.968.969,50	R\$ 11.002.830,45

Nota 7. Imobilizado

Descrição	2013	2012
Terreno	R\$ 4.659.410,00	R\$ 4.659.410,00
Construções e Benfeitorias	R\$ 19.544.874,27	R\$ 1.150.774,16
Total	R\$ 24.204.284,27	R\$ 1.150.774,16

Nota 8. Impostos e Contribuições a Pagar

Descrição	2013	2012
Pis a Pagar	R\$ 500,18	R\$ 519,29
Cofins a Pagar	R\$ 2.308,50	R\$ 2.396,71
Inss a Pagar	R\$ 120,00	R\$ 120,00
Iss a retido na Fonte	R\$ 30,00	R\$ 30,00
CSLL s/Lucros PJ	R\$ 6.479,11	R\$ 6.890,69
IR s/Lucros PJ	R\$ 11.997,54	R\$ 13.140,80
Total	R\$ 21.435,33	R\$ 23.097,49

Nota 9. Capital Social - O capital Social, inteiramente subscrito e integralizado no valor de R\$ 12.876.173,16 (Doze milhões, oitocentos e setenta e seis mil Cento e Setenta e Três reais e Dezesseis Centavos) dividido em 4.656.675 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Nota 12. Ajuste de Avaliação Patrimonial - Constituída em decorrência do reconhecimento do terreno de propriedade da empresa pelo valor justo na data da transição 01/01/2011, conforme laudo de avaliação.

Descrição	2013	2012
Valor Histórico	R\$ 3.567.777,00	R\$ 20.781.610,00
Valor justo atribuído	R\$ 20.781.610,00	R\$ 17.213.833,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 17.213.833,00	R\$ 17.213.833,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - Método Indireto	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/12	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
Receitas de Aluguel	926.340,40	842.422,65	Lucro Líquido do Exercício
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			Depreciação
Impostos	(33.811,48)	(30.748,43)	Redução (aumento) dos Ativos Operacionais
RECEITA LÍQUIDA	892.528,92	811.674,22	Contas a receber
DESPESAS OPERACIONAIS			Aumento (redução) dos Passivos Operacionais
Outras Despesas Administrativa	(413.600,63)	(464.076,49)	Impostos, Contrib.Sociais
Ganhos por Equivalência Patrimonial	2.465.997,87	2.908.467,02	Contas a Pagar
Juros Recebidos	16,96		Dividendos a pagar
RESULTADO OPERACIONAL	2.944.943,12	3.256.064,75	Disponibilidades Líquida Geradas pelas atividades Operacionais
CSLL	(26.678,60)	(24.261,77)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
IR	(50.107,23)	(43.393,82)	Investimento
Lucro do Exercício	2.868.157,29	3.188.409,16	Aquisição de Bens Imobilizado Intangível
			Disponibilidades Líquida Geradas pelas atividades Investimento
			Aumento (redução) no saldo de Caixa e equivalentes
			No início do Exercício
			Final do Exercício

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA CAPITAL	AJUSTE PATRIMONIAL	LUCRO ACUM	TOTAIS
SALDO EM 31/12/2011	R\$ 9.020.410,00	R\$ 475.239,17	R\$ 2.103.496,36	R\$ 17.213.833,00	R\$ 2.667.354,00	R\$ 31.480.332,53
Distribuição de Dividendos					R\$ (1.000.000,00)	
Lucro Líquido do Período					R\$ 3.188.409,16	
Aumento de Capital	R\$ 1.667.354,00				R\$ (1.667.354,00)	
SALDO EM 31/12/2012	R\$ 10.687.764,00	R\$ 475.239,17	R\$ 2.103.496,36	R\$ 17.213.833,00	R\$ 3.188.409,16	R\$ 33.668.741,69
Distribuição de Dividendos					R\$ (1.000.000,00)	
Lucro Líquido do Período					R\$ 2.868.157,29	
Aumento de Capital	R\$ 2.188.409,16				R\$ (2.188.409,16)	
SALDO EM 31/12/2013	R\$ 12.876.173,16	R\$ 475.239,17	R\$ 2.103.496,36	R\$ 17.213.833,00	R\$ 2.868.157,29	R\$ 35.536.898,98

MILVA SCHRUBER MILANO
DIRETORAEVARISTO KOWALESKI
CONTADOR CRC PR 15138/O-PRODETE SCHRUBER
DIRETORA

R\$ 1.224,00 - 46858/2014



Há 68 anos
a história do Paraná
passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

